

Preço cai e conflito entre PMs e donos de postos é contornado

Uma reunião realizada ontem à tarde na sede da Secretaria da Segurança Pública (SSP) selou um acordo entre o Comando da Polícia Militar e os postos de combustíveis que mantêm contratos de fornecimento com o governo estadual, por meio do cartão de controle de frota Vale Card. Uma diferença de preços apontada em notas fiscais de abastecimento das viaturas resultou em um impasse na noite de quinta-feira, quando 38 postos das redes Alpha, Petrox e Presidente decidiram suspender a venda de combustível aos veículos da SSP. O fornecimento voltou ao normal assim que a reunião acabou.

Após cerca de uma hora de conversa, ficou decidido que os acréscimos não serão mais cobrados e nem registrados nas notas fiscais, as quais irão apenas confirmar o preço que foi cobrado na bomba. Decidiu-se também por uma redução média de R\$ 0,03 nos preços acertados no contrato entre o governo, os postos e a Vale Card. O litro da gasolina caiu de R\$ 2,977 para R\$ 2,949. Já o do diesel foi de R\$ 2,529 para R\$ 2,499. Os novos preços valem para toda a frota do Estado e a economia promete ser significativa, pois apenas a SSP gasta R\$ 800 mil por mês em combustível para a frota - a PM responde pela metade deste valor.

A suspensão do abastecimento aconteceu depois que funcionários dos postos denunciaram ter sido intimidados ou ameaçados de prisão por oficiais da PM, os quais acusavam os postos de cobrar um ágio de R\$ 0,12 por litro de combustível vendido à corporação através do Vale Card. "Em protesto, e para resguardar a integridade destes profissionais, resolvemos suspender esse abastecimento para que um diálogo fosse aberto e que possamos definir, de forma amigável, um preço ideal", disse o ex-vereador Sandro Silva dos Santos, dono da rede Presidente, atribuindo a confusão a uma determinação do Ministério Público que impede a venda de preços diferenciados para vendas a vista ou a cartão de crédito.

O comandante da PM, coronel Maurício Lunes, negou ter havido ameaças e esclareceu que, na verdade, foi um oficial que procurou o posto para reclamar de uma observação de acréscimo que estava anotada na nota fiscal e dava a entender que o preço do combustível estava mais alto que o combinado no contrato. "Nós agimos com lisura e transparência. Não podíamos evidentemente ter uma nota fiscal sendo emitida com valor de acréscimo. Isso poderia pairar, em algum momento, uma dúvida sobre o que seria esse acréscimo. Qualquer um do povo que observasse um acréscimo numa nota de viatura iria contestar. Não achamos correto que possa haver uma sugestão de algo que não seja lícito", afirmou Lunes, frisando que "em nenhum momento houve algum tipo de represália por parte de algum policial".

Os empresários argumentam que estão tendo prejuízos com os juros cobrados pela Vale Card, considerados mais altos do que as outras empresas, e da queda de demanda dos pagamentos com cartão em detrimento das vendas a vista. Alguns postos que não aceitam os cartões de crédito cobram R\$ 2,77 por litro na gasolina e não dão às viaturas o mesmo desconto concedido pelos postos que aceitam, o que geraria a diferença contestada pela PM. "Poucos postos em Sergipe recebem o Vale Card. Tem 30 e poucos postos que estão recebendo, porque é um cartão de frota que repassa com 45 dias o valor abastecido e cobra uma taxa de 5%. É inviável. Estávamos segurando até agora", disse o empresário Álvaro Fonseca Neto, da rede Petrox. **(Gabriel Damásio)**